

# Pensar as sexualidades de mulheres e homens jovens, em Portugal:

direitos, saber e prazer  
Eunice Macedo  
Sofia Almeida Santos

**Como citar:** MACEDO, Eunice; SANTOS, Sofia Almeida. Pensar as sexualidades de mulheres e homens jovens, em Portugal: direitos, saber e prazer. *In:* BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Mulheres, gênero e sexualidades na sociedade:** diversos olhares sobre a cultura da desigualdade - volume 1. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.169-190.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-84-2.p169-190>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# PENSAR AS SEXUALIDADES DE MULHERES E HOMENS JOVENS, EM PORTUGAL: DIREITOS, SABER E PRAZER

*Eunice Macedo*  
*Sofia Almeida Santos*

## INTRODUÇÃO

Este capítulo explora *construções narrativas* de mulheres e homens jovens para refletir sobre a construção das suas sexualidades, num enquadramento de direitos e de afetos. Para isso, suporta-se em particular na *tradição emancipatória feminista* (ARNOT, 2006) que toma o género como ponto de partida e assenta no poder libertador da *voz*. Como conceito sociológico, a *voz* é vista como instrumento e símbolo da afirmação das perspetivas, vidas e histórias de pessoas concretas inseridas em contextos concretos (LISTER, 2007), num quadro de horizontalização das relações sociais. Neste capítulo a dimensão de género é trabalhada numa perspetiva interseccionalista (CRENSHAW, 1991) que tem em conta localizações

estruturais de poder que se cruzam de forma diferenciada nas vidas de diferentes grupos da população e das pessoas que os constituem, incluindo localizações como a diversidade afetivo-sexual, a etnia ou outras.

Partindo deste enquadramento, argumenta-se em favor do direito das pessoas jovens a expressar-se e a serem ouvidas, como cidadãs em todos os momentos da sua vida (e não como projeto de cidadania para o futuro). Como cidadãs, as pessoas jovens são, portanto, capazes de reportar, analisar e transformar a sua ordem social, como informantes privilegiadas acerca dos seus contextos de vida (FERREIRA, 2004). A discussão dos afetos e da sexualidade, a que se dá relevo neste capítulo, constitui um dos tópicos introduzidos na agenda do debate pelas pessoas jovens no âmbito de sessões de grupo focal e de entrevistas individuais.

É de referir, que o desenvolvimento de grande número de pesquisas no campo das sexualidades, género e diversidade sexual nas últimas décadas trouxe uma nova legitimidade à investigação em saúde e educação numa perspetiva de direitos e de cidadania. Tal como Santos e Fonseca (2013) denotam, as agendas da sexualidade têm sido problematizadas pelos debates que deslocam o foco da saúde e da educação para uma visão de cidadania mais alargada, comprometida com direitos sexuais e íntimos. Os cânones de silêncio e abstinência sexual e as estratégias preventivas da saúde para evitar riscos, que têm dominado o campo escolar, passam a ser questionados como formas de acesso, presença, mitigação ou ausência de cidadania. A partir do momento em que os direitos sexuais foram reconhecidos como direitos humanos tornam-se centrais na vontade política e educativa de conceber uma escola que empodere rapazes e raparigas com conhecimento e competências para “[...] viverem relacionamentos afectivos e íntimos saudáveis e prazerosos, em condições de igualdade, livres de coerção e violência.” (SANTOS; FONSECA; ARAÚJO, 2012, p. 32). Articulando cidadania e direitos humanos, tal como proposto por Kiwan (2005), Isin e Wood (1999) acentuam dimensões de direito sexual com base no reconhecimento da orientação sexual, do prazer e da decisão sobre o próprio corpo, numa abordagem *mais universalistas de cidadania*, (KIWAN, 2005). O direito sexual em análise foca sobretudo a forma como jovens têm direito a ter uma vida sexual satisfatória e prazerosa e a “falar disso”. Contudo, passar do discurso do risco ao discurso da sexualidade como desejo implica aberturas formais e informais nas redes de poder institucionalizadas, como os currículos e as interações na sala de aula (SANTOS, 2015a , SANTOS, 2015b;

FINE, 2009). Espera-se que estas redes permitam e estimulem a expressão da diversidade, a capacidade de negociação, o reconhecimento do prazer, a complexificação das relações de intimidade, a noção de consentimento, entre outras (CAMERON-LEWIS; ALLEN, 2013).

Neste sentido, torna-se fundamental captar o potencial da *voz* das e dos jovens para a melhoria da educação e das escolas, em termos da *desmarginalização* (CRENSHAW, 1991) da construção dos afetos e das sexualidades para além da abordagem mais higienista, controladora e moralizadora. Assim, na reflexão que aqui se apresenta cruzam-se as preocupações das investigadoras com as preocupações das e dos participantes, num enquadramento em que se efetivou *o desvio de poder* para as e os jovens como sujeitos ativos na co-construção da investigação (WILKINSON, 1999, 2004), ou seja, num contexto em que tiveram oportunidade de introduzir tópicos que consideraram pertinentes, bem como de investir mais ou menos nos tópicos propostos, em função dos seus interesses.

Face ao que foi dito, e tendo em conta a necessidade de trabalhar com uma *noção diferenciada de voz* no processo de escuta das e dos jovens (ARNOT; REAY, 2006a, 2006b) que (re)conheça a heterogeneidade intragrupal (YOUNG, 1990) das experiências, histórias e perspetivas, este capítulo apresenta, interpreta e discute a forma como jovens constroem as suas culturas sexuais num contexto de múltiplas cidadanias, da sua negação ou limitação. As suas vozes permitiram a construção de uma tipologia que regista a mediação entre os interesses jovens e a implicação subjetiva da investigadora na própria pesquisa. Busca-se a interpretação ampla dos processos de construção genderizada de pessoas jovens em diferentes contextos de vida: na escola, no espaço público, na relação entre pares, e com a família no espaço familiar.

A tradução dos argumentos jovens nesta tipologia, inclui a noção de cidadania como direito político e cultural, na esteira da *tradição emancipatória feminista* (ARNOT, 2006) mas também outras construções jovens que não se enquadram neste conceito. A tipologia inclui: formas de *cidadania* – com argumentos que substanciam cidadania como direito político e cultural; *quasi-cidadania* – quando a cidadania é de alguma forma mitigada e fica aquém de realizada, sem que se vislumbre conflito aberto; e *não-cidadania* – quando a construção da relação com a *polis* contradiz os pressupostos da cidadania baseada em direitos. Para este

capítulo, destacamos da tipologia as construções relativas às questões de género e das sexualidades.

## NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A análise parte de uma pesquisa qualitativa interpretativista<sup>1</sup> com jovens do ensino secundário em Portugal. Este nível inclui do 10º ao 12º ano (jovens dos 16 aos 18 anos de idade), e corresponde à conclusão da atual escolaridade obrigatória<sup>2</sup>. Pode dar acesso ao prosseguimento de estudos pós secundários não superiores, a estudos universitários, e/ou à busca de inserção no mundo de trabalho. Como já referimos, a discussão dos afetos e da sexualidade surgiu como tópico não previsto, mas muito valorizado pelas e pelos jovens, na agenda da investigação, a qual se transformou para incorporar os seus contributos (MACEDO, 2018). Sendo este o ponto de partida, este capítulo entra em diálogo com pesquisas centradas nas sexualidades jovens desenvolvidas em Portugal, numa perspetiva de cidadania e de direitos, concretamente por Fonseca e Santos (2015), Santos (2015b), Santos, Fonseca e Araújo (2012) e Fonseca (2009).

Como método de pesquisa suportado na voz (como expressão de si) e nas vozes (como capacidade comunicativa), a consulta realizou-se no Norte de Portugal, na subregião do Tâmega, cuja situação de relativa desvantagem, situa as pessoas jovens em relações estruturais de poder de maior permeabilidade, nas suas condições sociais e educacionais. É de notar que a situação de relativa desvantagem social e educacional das e dos jovens participantes não foi estabelecida em termos do conceito de “classe social”<sup>3</sup> mas foi auscultada através da inquirição da formação académica das mães e

---

<sup>1</sup> Financiada pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), Referência SFRH / BD / 36172 / 2007.

<sup>2</sup> À data de realização do trabalho empírico a escolaridade obrigatória era o 9º ano. A Lei nº 85/2009, de 27 de Agosto, expande o âmbito da escolaridade obrigatória, com efeito a partir de 1 de Setembro (BRASIL, 2009). O artº 1º, nº 1, “estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar”, o artº 2º, nº 1 considera “em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos.” E o artº 2º, nº 4 define que a “escolaridade obrigatória cessa: a) Com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário da educação; ou b) Independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino, no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos” (BRASIL, 2009).

<sup>3</sup> Resistimos à utilização do termo *classe*, cuja concetualização, dada a sua enorme complexidade tem estado muito presente no debate académico, como conceito chave da sociologia. Avançamos, para o objetivo deste trabalho, com a noção de *série profissional* – que inclui o exercício de profissões ou ocupações de estatuto social e de nível salarial similar. Utiliza-se este conceito para acentuar as heterogeneidades, em termos do exercício profissional, em coerência com a noção da fragmentação do “sujeito” da cidadania. Para aprofundamento do conceito de *série profissional*, consulte-se (MACEDO, 2011).

pais, da sua ocupação profissional e da situação face ao emprego; e, ainda, da situação de irmãos e irmãs face à universidade e ao mundo do trabalho.

Relativamente ao nível de escolaridade das mães e pais, evidenciou-se que a grande maioria não concluiu a escolaridade obrigatória, situando-se entre a conclusão do 1º e do 2º ciclo do ensino básico (4º e 6º anos). Quanto à ocupação profissional, como tentativa de operacionalização para efeito de tratamento de dados, foi feita uma agregação das categorias profissionais, que concilia nível de formação, estatuto social e índice salarial aproximados, associados às diferentes profissões, a qual indicia níveis diversos de acesso a bens de consumo, reconhecimento social e estatuto. O estudo evidenciou que a ocupação da maioria das mães e pais se situa na série de estatuto popular, que inclui trabalhadores manuais, operários fabris e da construção civil, empregados de balcão, e contínuos (GRÁCIO; MIRANDA, 1977). A percentagem de pais e mães decresce na série de estatuto médio e ainda decresce mais na série de estatuto superior. Os índices de desemprego identificados são baixos na série de estatuto superior (3%), aumentam na série de estatuto médio (7,2%) e ainda mais na série de estatuto popular com 15,1%.

Tendo o estudo abrangido jovens de 4 escolas, situadas em posições intermédias nos rankings das escolas secundárias do Jornal Público, focam-se jovens do 12º ano, numa escola da região em particular, em situação de relativa desvantagem, pois ocupava uma posição abaixo da média nos rankings das escolas secundárias e a mais baixa entre as escolas estudadas. Para além da posição de relativa desvantagem social e escolar, comuns às pessoas consultadas e associada quer aos baixos níveis de escolarização da maioria das famílias e à ocupação por esta, também na maioria dos casos de profissões com baixo estatuto social e mal remuneradas, na fase de aprofundamento na última escola, foram tidos em conta critérios de género e de desempenho escolar (mais elevado, elevado e regular).

É de referir que não foi possível investigar com jovens de desempenho excelente, impedidos de participar na pesquisa com a justificação, pela direção de turma, que se estariam a preparar para os exames e não queriam participar, bem como não foi possível investigar com jovens de desempenho muito baixo, à data erradicados da escola pelo filtro do 9º ano, que correspondia à escolaridade obrigatória, como se referiu.

A secção seguinte explora a referida tipologia – cidadania, quasi-cidadania e não-cidadania, primeiro apresentando-a como um todo para mostrar a complexidade das construções jovens, e posteriormente focando as suas perspectivas acerca da construção dos afetos e da(s) sexualidade(s) e dos contributos da educação para essa construção.

## **CONCETUALIZANDO A CIDADANIA: UM PONTO DE PARTIDA PARA A ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES NARRATIVAS JOVENS**

O estudo permitiu constatar que as pessoas jovens se constroem simultaneamente a diversos níveis e com maior ou menor expressão. A diversidade jovem é evidenciada numa forte “heterogeneidade intra-grupal” (YOUNG, 1990), sendo que manifestações de cidadania, quasi-cidadania e não-cidadania se cruzam ora de forma complementar ora em conflito. Este capítulo cruza a conceção de cidadania como direito político e cultural com as narrativas jovens. Ou seja, explora-se uma compreensão das suas vivências efetivas nos seus diferentes contextos de vida e por relação com as suas localizações estruturais de poder, cruzando critérios de género e de desempenho escolar. Para além das manifestações de cidadania, o estudo detetou modalidades de reprodução social acrítica, que se desviam frequentemente da cidadania como direito político e cultural, assumindo formas de cidadania mitigada ou de negação da cidadania.

A tipologia das construções narrativas jovens explora caminhos entre a *cidadania atribuída* e a *cidadania reclamada* (STOER; MAGALHÃES, 2001, 2005). Enquanto a primeira se relaciona com direitos e responsabilidades circunscritos ao estado, à luz da proposta de T. H. Marshall (1950), a *cidadania reclamada* corresponde à reivindicação de direitos de diversa ordem, baseados em diferenças. Essas reivindicações podem articular-se com as reclamações de identidade e de diferença, de diversidade afetivo-sexual entre outras. No dizer de Stoer e Magalhães (2005), sendo típica da modernidade, a *cidadania atribuída* associa-se à igualdade política e social e à homogeneidade cultural. Esta centração num “cidadão” ideal abstrato parece poder implicar silêncio e



invisibilidade. Por sua vez, a *cidadania reclamada* na pós-modernidade<sup>4</sup> expressa-se em fragmentação e miscigenação identitária. Implicando a emersão de diversas ordens de reivindicação, e atendendo à preocupação de que as diferenças não sejam anuladas nem transformadas em desigualdades (STOER; MAGALHÃES, 2005), concepção que parece pressupor asserção da *voz*.

Atendendo à emersão de outras entidades e atores de regulação, que se afirmam e interagem ao nível supra e subnacional, para além e aquém do estado (MACEDO, no prelo), faz sentido recontextualizar a *cidadania atribuída* nesse quadro de multirregulação social aquém e além dos Estados e no interior destas relações complexas. A escuta das e dos jovens permitiu detetar formas de *cidadania reclamada*, enquadráveis na busca de reconhecimento, por exemplo na reivindicação dum espaço de realização pessoal. Como veremos, esta reivindicação nem sempre incorpora cidadania mas outras formas de construção que por vezes a limitam ou contrariam.

A análise permitiu detetar ainda formas de construção jovem que, supondo apropriação por sujeitos masculinos e femininos diferenciados, não podem enquadrar-se na *cidadania atribuída* mesmo que recontextualizada, dada a indiferenciação do “sujeito” da cidadania, com homogeneização e potencial invisibilidade. Essas formas de construção também não se enquadram na *cidadania reclamada* pois correspondem ao autossilenciamento. Isto justifica a introdução nesta tipologia de uma ordem *outra*, a *cidadania não-reclamada*.

#### **FOCANDO A CONSTRUÇÃO DOS AFETOS E DAS SEXUALIDADES JOVENS: CIDADANIA, QUASI-CIDADANIA, NÃO-CIDADANIA**

A construção dos afetos e das sexualidades jovens surge de par com construções a outros níveis e em diversos contextos. A complexidade desses processos é captada no quadro 1, abaixo.

---

<sup>4</sup> Contrariamente a Stoer e Magalhães (2005), neste trabalho, optamos pelo conceito de *modernidade tardia*, em linha com Chouliarakis e Fairclough (2005), Freire (2002), Harvey (1993), Santos (1994) e Young (1999), para evidenciar a interação e potencial conflito, no mesmo período histórico, de concepções e reivindicações modernas e pós-modernas de cidadania.

**Quadro 1 - Tipologia de construções narrativas jovens**

		Formas de construção jovem			Modalidades de construção jovem	
		Cidadania	Quasi-cidadania			Não-cidadania
Ponto de partida da análise da cidadania	a t r i b u í d a			escolar	compensadora	heterorregulada  sexual-de-exibição  sexual-predatória
				mínima		
		de indução comunitária				
		afetivo-sexual-recatada				
com Stoer e Magalhães (2005)	r e c l a m a d a	educacional	-de-direitos -do-saber	alternativa-moderada		alternativa-de-transgressão
		alternativa-responsável		de diluição		de autoproteção
		do-lazer-e-da-convivialidade				
		autoinvestida				
		do-trabalho-responsável				
		dos-afetos-e-do-cuidar				
		afetivo-sexual-interdependente				

Fonte: Macedo, 2018.

Numa síntese interpretativa das visões jovens, este capítulo limita a análise à cidadania-afetivo-sexual-interdependente, à quasi-cidadania-afetivo-sexual-recatada, à não-cidadania-sexual de exibição e à não-cidadania-sexual-predatória, como manifestações da construção de si enquanto sujeitos sexuais. Depois de uma primeira abordagem ao que se entende por cada uma destas modalidades de construção de si, este trabalho procura explicitar qual o seu lugar nos casos estudados, estabelecendo um diálogo com as vozes jovens.

As modalidades de cidadania, quasi-cidadania e não-cidadania que exploramos neste texto enquadram-se no debate acerca dos recursos e condições necessários para se atingir e viver num contexto de cidadania íntima e cidadania sexual (EVANS, 1993; RICHARDSON, 2001; WEEKS, 2010). Isto implica o *acesso a* e o *exercício de* um conjunto de direitos e formas de reconhecimento que, por sua vez, obrigam a questionar

os diversos estereótipos que têm (en)formado a construção e aprendizagem das feminilidades e masculinidades. Conforme referem Santos, Fonseca e Araújo (2012) a *cidadania sexual* reporta-se à reivindicação política de igualdade de acesso e reconhecimento na esfera pública e privada, por parte dos diversos grupos sexuais. Já o conceito de *cidadania íntima* vai além do campo dos direitos e do reconhecimento e pressupõe uma reestruturação das relações de intimidade, na linha de Anthony Giddens (1992), com base em princípios democráticos de igualdade sexual e emocional, liberdade e direito ao prazer. Neste sentido, os direitos sexuais e de cidadania são estendidos aos valores da intimidade abrangendo também

o controlo (ou não) sobre o próprio corpo, sentimentos, e relacionamentos; o acesso (ou não) à representação, aos relacionamentos e aos espaços públicos; escolhas socialmente enraizadas (ou não) acerca das identidades, das experiências de género e das experiências eróticas<sup>5</sup> (PLUMMER, 1995, p. 151).

Estes contributos são fundamentais para repensar o papel da escola na construção das culturas sexuais jovens (SANTOS, 2015a) bem como das feminilidades e masculinidades (MACEDO, 2018), em torno da cidadania, quasi-cidadania e não-cidadania. Estabelecendo pontes entre conceitos, enquanto a cidadania afetivo-sexual-interdependente se enquadra nos esforços desenvolvidos pelas e pelos jovens no caminho para a construção da sua cidadania íntima e sexual, a quasi-cidadania-afetivo-sexual-recatada apresenta aspetos de mitigação desse percurso. Já a não-cidadania-sexual de exibição e a não-cidadania-sexual-predatória podem ser vistas como negação da possibilidade de realização da cidadania.

A **cidadania-afetivo-sexual-interdependente** constitui uma modalidade de *cidadania reclamada* (STOER; MAGALHÃES, 2005) que é responsável, assente na relação de respeito, reconhecimento, e na busca de prazer mútuo. Nesse sentido, supõe a partilha da responsabilidade do cuidado, no interior da relação, e nos processos associados aos relacionamentos sexuais, que podem incluir questões como a gravidez e co-parentalidade (FONSECA, 2009; FONSECA; SANTOS, 2015).

---

<sup>5</sup> Tradução livre pelas autoras de “[...] the control (or not) over one’s body, feelings, relationships; access (or not) to representations, relationships, public spaces; socially grounded choices (or not) about identities, gender experiences, erotic experiences.” (PLUMMER, 1995, p. 151).

A **quasi-cidadania-afetivo-sexual-recatada** é *atribuída* pelas famílias e pela escola, e assenta em certa discricção e silenciamento sobre a sexualidade e o desejo sexual. Se, por vezes, emerge num contexto de comunicabilidade e afeto, entre mulheres, incorporando diálogo e, às vezes, expressão de si, corresponde também à indução das jovens numa *feminilidade adequada* como forma de protegê-las da *má reputação* (FONSECA, 2009). Associada a *culpabilização* e *juízo moral*, é o facto de esta modalidade de construção jovem constranger a cidadania-afetivo-sexual-interdependente que a constitui como quasi-cidadania, uma forma de *cidadania não reclamada*. Neste estudo, a **quasi-cidadania-afetivo-sexual-recatada** surge também como induzida aos rapazes, conduzindo a uma visão estratégica de silenciamento da sexualidade. Este silenciamento não tem a ver com a repressão da sexualidade mas tem antes como objetivo evitar a crítica social e o julgamento moral que separa o mundo adulto do mundo jovem. O debate sobre a sexualidade ocorre de forma aberta entre pares. Este último aspeto reforça também a reconhecida hipersexualização do discurso masculino em torno do desejo e prática sexual, como pressão exercida sobretudo pelos pares para serem sexualmente ativos (SANTOS, 2015b).

Sendo atribuída pelos padrões morais tradicionais assentes na dicotomização de género, a **não-cidadania-sexual-de-exibição** assenta no julgamento moral que é feito por mulheres jovens em relação a atitudes e expressões femininas que rompem com as normas da sexualidade recatada. Essa exibição é encarada como provocação e não como tentativa mitigada de igualdade, como mostram Fonseca e Santos (2015). Estas jovens são frequentemente vistas pela sociedade como “[...] desadequadas e ‘mal comportadas’, que se dedicam a experimentações... e outras ‘curtições’ com os rapazes.” (FONSECA, 2009, p. 373). A não-cidadania-sexual-de-exibição é uma modalidade que não aceita novas formas de expressão femininas. É interessante realçar como esta exibição do corpo, criticada pelas pares, pode ser sentida pelas próprias jovens como um potencial de reconhecimento e alcance de igualdade no campo da sexualidade, como evidencia o estudo de Santos (2015b).

A **não-cidadania-sexual-predatória**, identificada na pesquisa de Macedo (2018), assenta na visão das relações afetivo-sexuais heterossexuais num enquadramento de verticalização entre homens e mulheres, sendo as últimas situadas em subordinação (MACEDO, 2012). Esta modalidade

de não-cidadania é centrada na objetização da sexualidade desligada dos afetos, podendo incorporar manifestações de violência física e psicológica. Podendo ser associada à *atribuição* social tradicional da “masculinidade hegemónica” (CONNELL, 2003), esta não-cidadania resulta da vinculação a estereótipias de género sobre o que as e os jovens pensam que é, ou deveria ser, a relação sexual e os afetos.

### **NOS CASOS ESTUDADOS, QUAL O LUGAR DAS DIFERENTES CONSTRUÇÕES DOS AFETOS E DA SEXUALIDADE?**

Tendo o estudo que aqui se retoma, incorporado vários momentos de consulta a partir de uma agenda de investigação ampla e flexível, o debate sobre os afetos e as sexualidade(s) surgiu de forma espontânea de par com o debate sobre as amizades, namoros e relações entre pares. No entanto, esta questão foi referida apenas por alguns dos e das jovens consultadas, tanto nas sessões de discussão focalizada em grupo (grupo focal) como nas entrevistas individuais.

Entre as e os jovens a ideia de uma cidadania-afetivo-sexual-interdependente, responsável assente no cuidar, no respeito e no reconhecimento, e na busca de prazer mútuo foi pouco referida. Enquanto uma das jovens desvalorizou a construção desse tipo de relação, como prisão que a impediria de levar para a frente o seu presente e o seu futuro, alguns rapazes expressaram visões das relações intergéneros, no caminho para uma cidadania-sexual-interdependente, ainda permeada por certa objetização:

Eu falo por mim e falo pela maioria dos meus amigos, pensamos sempre numa jovem não só como um objeto mas também como uma pessoa a quem temos bastante carinho, a quem somos dedicados principalmente... (Sílvio, jovem com desempenho elevado, Entrevista Individual, 16.03.10).

Já a quasi-cidadania-afetivo-sexual-recatada, associada ao silenciamento da sexualidade (ou á não reclamação de cidadania) foi corporizada em algumas narrativas de jovens mulheres. Estas acentuaram alguns aspetos que cabe aqui delinear. Em primeiro lugar, a indução na quasi-cidadania-afetivo-sexual-recatada foi a mais presente nos relatos das jovens acerca da negociação das feminilidades na família, e do potencial

comunicativo das famílias (VILAR, 2002). Além disso, a não discussão da sexualidade é referida por várias jovens, embora se acentue, em casos pontuais, a construção de contextos de comunicabilidade e afeto, de cumplicidade entre mulheres mais jovens e mais velhas, na discussão dessas questões. Uma jovem, em particular, ilustra o impacto da heterorregulação social sobre a sexualidade, localizando comportamentos individuais no regime totalitário de Salazar que ainda constringe a sexualidade das mulheres:

Sobre sexo não falo com a minha mãe... É tabu para ela. Infelizmente, tenho pena mas é tabu, eu sei que não vou conseguir mudar isso! A ela não... com as minhas tias e com a minha mãe não, porque foram criadas num ambiente antigo... no tempo de Salazar! É um bocado complicado! (Dina, jovem com desempenho mais elevado, Entrevista Individual, 11.03.10).

Na fala do jovem seguinte cruza-se reivindicação de direitos e a associação da sexualidade à saúde. Para além disso, denotando um pensamento estratégico associado ao silenciamento da sexualidade, um jovem situa-se na *quasi-cidadania-afetivo-sexual-recatada* como forma de contornar a crítica social e o julgamento moral por parte do mundo adulto.

Claro que as pessoas da minha idade devem ter sexo! Mas com precaução!... para evitar essas situações [aborto], as doenças sexualmente transmissíveis... É uma questão de responsabilidade também de cada um! ... acho normal um rapaz ou uma jovem da minha idade ter uma vida sexual ativa... Penso que não é bem aceite pela sociedade, porque apesar de termos 17, 18, há muita gente que ainda nos vê como crianças!... Mas também não é preciso andar para aí a dizer! (Dário, jovem com desempenho regular, Entrevista Individual, 16.03.10).

Sendo necessário atender ao facto de que a atribuição como *não-cidadania à erotização do corpo* poder estar imbuída do moralismo da *quasi-cidadania-afetivo-sexual-recatada*, que reprime a expressão da sexualidade, como se referiu acima, a *não-cidadania-sexual-de-exibição* surgiu associada à exibição do corpo, vista pelas pares como objetização e provocação, e rutura com uma sexualidade recatada. Pode assim dizer-se que a *não cidadania sexual de exibição* acaba por corresponder à

incapacidade de algumas jovens reconhecerem o direito a outras de viverem uma sexualidade mais visível.

Em termos globais esta modalidade de não-cidadania é atribuída pelos padrões morais tradicionais assentes na dicotomização de género. Pode também ser vista como atribuída através dos *media*, através da hipersexualização e venda dos corpos femininos como produtos (MACEDO, 2015). No estudo de Macedo (2018) é associada pelas jovens à pressão dos *media* para que correspondam aquilo que designaram por *Barbies*, e cujas representantes na escola seriam as jovens “muito produzidas”, que iam para a escola “como quem vai para uma passerelle”, e com poucas ambições ao nível escolar. Esta modalidade de não cidadania foi atribuída às jovens mais novas por um grupo de jovens que se autonomaram, e reclamaram o estatuto de *normais*. Segundo aquelas jovens “normais”, as colegas que exercem esta forma de não-cidadania falam abertamente sobre as partes íntimas do seu corpo e *oferecem-se* aos rapazes. Já no estudo de Santos (2015b), como referimos acima, as ditas *Barbies* afirmam a erotização do seu corpo como forma de afirmação da sua cidadania sexual, como veremos no excerto que se segue. De forma interessante, se nos remetermos à tipologia apresentada neste artigo, esta modalidade de não cidadania passaria, no estudo de Santos, de *atribuída a reclamada*, num enquadramento de autonomação e não de heteronomeação. Isto permite enfatizar tanto o poder das vozes como o impacto das localizações estruturais de poder na produção de subjetividades e de representações sobre o ‘outro’/ ‘outra’.

Na turma da minha irmã há duas *jovens do pior*... têm 12 anos, elas viram-se para os rapazes ‘Esta maminha é tua, e esta é tua’. É mesmo assim. É impressionante. Eu digo à minha irmã ‘Tu não andes com elas, por favor’. Ao fim-de-semana saem de casa as duas... as mães nem querem saber, desde que elas cheguem a casa sãs e salvas... Elas estão sempre a ser expulsas, tiraram negativas a tudo, até a educação física... São mal-educadas, são refflonas, tratam mal os professores mesmo (Josefa, jovem com desempenho omissio, Discussão Focalizada em Grupo, 03.06.09).

Por último, a não-cidadania-sexual-predatória tem sido atribuída socialmente aos rapazes pela indução na masculinidade hegemónica (CONNELL, 2003), em linha com uma *herança cultural* de género

(MACEDO, no prelo), a qual assenta na legitimação da subordinação das jovens na relação afetivo-sexual. Nos casos em estudo, é atribuída aos rapazes por uma jovem e às jovens por um rapaz, que veiculam estereótipos sobre o género, os afetos e a sexualidade. Sustentando essa perspectiva, uma jovem acentua diferenças inter géneros, de tal modo que as jovens se centrariam mais nos afetos e nas relações solidárias entre mulheres enquanto os rapazes teriam o seu foco na realização estratégica da sua sexualidade, independentemente dos afetos e com base na mentira e no engano:

[...] os rapazes só andarem connosco por causa disso [sexo]... os rapazes têm muita lábia!... da minha idade é aquele tipo de mulher que já está mais ou menos esclarecida para o futuro!... Mas tenho amigas mais novas e falamos frequentemente sobre isso!... rapazes que podem andar com três ao mesmo tempo, conseguem gerir... gostam muito de comunicar pelas novas tecnologias, podem ser mais dissimulados aí... fazem-nos sentir lá no cimo como se fossemos o mais importante da vida deles. E por vezes isso é só um monte de mentiras! Eu acredito no estudo em que os homens pensam em sexo várias vezes ao dia! [as jovens] Claro que pensam!, mas não com tanta frequência... estamos a pensar num problema numa amiga, em decisões que temos que tomar ou outras coisas. Os homens não!... mal vêem uma mulher bem constituída e bonita, a primeira coisa que lhe passa na cabeça é isso!... (Dina, jovem com desempenho mais elevado, Discussão Focalizada em Grupo, 25.02.10).

A visão desta jovem, que foi exceção no contexto do estudo, vem reforçar as estereótipos do discurso tradicional dominante de que as jovens se centram nos afetos e os homens no sexo. Esta jovem particular, que se situa no quadro da quase-cidadania-afetivo-sexual recatada ilustra assim uma visão convencional. Por sua vez, a ausência deste discurso entre as outras e os outros jovens consultados parece indiciar a libertação destas estereótipos, bem como o caminho na construção de uma cidadania sexual interdependente.



## **COMO CONTRIBUI A EDUCAÇÃO PARA ESTAS VISÕES DE CIDADANIA, QUASI-CIDADANIA E NÃO-CIDADANIA, NO QUE CONCERNE À CONSTRUÇÃO DOS AFETOS E DAS SEXUALIDADES?**

Tal como no ponto anterior, dialogamos aqui com as vozes jovens, as quais nos dão acesso a uma compreensão dos contributos da educação para a construção dos afetos e das sexualidades jovens num enquadramento de cidadania, quasi-cidadania e não cidadania.

## **COCONSTRUIR O SABER, DISCUTIR SEXUALIDADE: UMA REIVINDICAÇÃO**

Neste estudo, na contracorrente da tendência mais global entre participantes, para as e os quais a participação na coconstrução do saber não adquiriu relevo particular, o desejo de coconstrução transformadora do saber é expresso por algumas jovens, no que concerne à discussão dos afetos e das sexualidades, numa sessão de Discussão Focalizada em Grupo, que teve lugar em 25.02.10, e que envolveu rapazes e raparigas, de desempenho mais elevado, elevado e regular. Enquanto as jovens de desempenho regular se inibiram de expressar a sua opinião, talvez por se sentirem menos empoderadas, as jovens de desempenho mais elevado e de desempenho elevado, talvez pela razão inversa, revelaram a sua preocupação acerca da exclusão ou deriva, na escola, de tópicos que consideram pertinentes para si e para o desenvolvimento social, em termos mais globais. Torna-se interessante acentuar esta articulação entre desempenho escolar e discurso sobre afetos e sexualidade pela associação frequentemente atribuída ao puritanismo da classe média para falar de assuntos sensíveis, e da maior facilidade das chamadas classes trabalhadoras para abordarem estes assuntos. No estudo de Macedo, como se enfatizou nas notas metodológicas, não se trabalhou com o conceito de *classe* mas foi possível identificar o estatuto socioeconómico das famílias, utilizando dimensões como as qualificações escolares dos pais e mães, a sua ocupação profissional e situação face ao emprego, o que permitiu identificar a posição de relativa desvantagem das e dos jovens envolvidos bem como das suas famílias.

As questões associadas à sexualidade e à gravidez adolescente foram as mais referenciadas. A indução pela escola e pelas famílias na quasi-cidadania-afetivo-sexual-recatada insere-se nesse debate. As jovens reconhecem a delicadeza de alguns aspetos do tema, em que a discussão

da sexualidade surge associada às questões da saúde: “[...] as doenças sexualmente transmissíveis. Por si só o **tema** já é **sensível**.” (Dina, jovem com desempenho mais elevado, DFG, 24.02.10).

As jovens questionam também a inadequação dos métodos utilizados para a introdução do debate sobre os riscos e consequências das práticas sexuais, frequentemente assentes em estratégias que amedrontam pois, na sua opinião, poderão ter efeitos opostos ao desejado (FONSECA; SANTOS, 2015). Por outro lado, as mesmas jovens afirmam como válida a sua própria abordagem, que respeita a discrição sobre a sexualidade, que associamos à quasi-cidadania-afetivo-sexual-recatada:

[...] [as docentes] queriam que nós puséssemos imagens do que provoca o vírus no nosso corpo!... se eles [jovens] virem aquelas células todas coloridas, até acham piada! Agora se virem as próprias imagens, não se esquecem! Já sabem o que fazer!... Tínhamos uma das feridas que provoca, apareciam os genitais duma mulher, mostrava aquele corrimento branco... Não mostramos mesmo tudo, tudo, tudo [...] (Dalila, jovem com desempenho mais elevado, DFG, 25.02.10).

No grupo de discussão emerge ainda a reclamação do direito ao saber e o reconhecimento de que, na ausência de diálogo na família e na escola, as e os jovens recorrem a meios de informação que, admitimos, serão às vezes, ainda menos fiáveis: “E se em casa não temos aquela educação, onde é que a vamos ter se também na escola não a temos? [...] Procuo na internet [...]” (Alda, jovem com desempenho elevado, DFG, 25.02.10).

É nesta linha de preocupações, que algumas jovens lamentam que a escola se limite ao foco no nível académico e profissional e à proibição de comportamentos, na relação social e de aprendizagem. Reclamam também preparação cultural, social e pessoal, para além dos limites dos conteúdos avaliáveis, transmitidos pela escola. Sexualidade e gravidez adolescente seriam questões chave que as jovens gostariam de tratar na escola pois, para além de preencherem essas lacunas na aprendizagem, abrindo caminho à construção de uma cidadania-afetivo-sexual-interdependente, poderiam conduzir a transformação social. Tal como acentuam Santos e Fonseca (2013) estas questões, mais associadas à saúde, não podem ser as únicas a ser tratadas na escola havendo que abordar as sexualidades num

enquadramento de cidadania e de direitos (SANTOS, 2015b). No mesmo grupo de discussão, uma jovem de desempenho elevado acentua:

A escola ensina a matéria, só que saímos daqui e o que aprendemos, lá fora, da vida social foi por nós!, pelo que vimos [...] A escola não nos prepara para uma vida futura! A escola só nos prepara a nível acadêmico, mais nada! [...] (Liza, jovem com desempenho elevado, Entrevista Individual, 11.03.10).

Esta questão é reforçada por outra jovem de desempenho mais elevado que, acentua a dimensão cultural das aprendizagens sobre sexualidade, bem como, reproduzindo o discurso dominante da escola tradicional, acentua potenciais efeitos nefastos da ausência de discussão de questões sociais prementes, como a gravidez adolescente:

**Ao aprendermos matérias relativas à sexualidade, a nossa cultura vai aumentando**, mas restringimo-nos a certas disciplinas e não a abrir um elo com assuntos que podem ser mais delicados, mas são fundamentais falarmos e se não...estas taxas de gravidez adolescente vão continuar elevadas! (Dina, jovem com desempenho mais elevado, DFG, 24.02.10).

Situando-se como ser aprendiz, neste grupo de discussão, uma das jovens que mais se expressou, apresenta propostas de introdução de **temas** ligados aos afetos e à sexualidade, que considera **mais sensíveis** e sujeitos a crítica social, de uma forma transversal e subtil que permita vencer resistências e alterar mentalidades, valorizando a escola e conduzindo a maior reconhecimento das pessoas aprendentes, fora da escola:

A maior parte da nossa vida é na escola! Não é em casa que nos confrontamos com as drogas, com essas coisas!... Não é proibir-nos [...] Criar uma disciplina só para isso, não! [...] Um conjunto de todas as disciplinas, em biologia aprofundava-se a parte biológica, em português mais outra parte... **Se puserem aqui uma disciplina de educação sexual na escola, metade dos alunos não aderem!** E se fossem introduzindo essa matéria duma maneira indireta, as pessoas iam assumindo e agarrando essas noções sem estarem a reparar que afinal de contas aquilo era a sexualidade! **As mentalidades mudavam** de tal maneira, que até os pais haviam de achar piada. Até as pessoas

lá fora, as mais idosas e assim diziam: ‘Olhe, *aquela escola tem um bom método, os alunos são diferentes!*’” E é o que falta! (Liza, jovem com desempenho elevado, DFG, 25.02.10).

Se a perspectiva anterior, de alguma forma, induz à reprodução do silenciamento sobre a intimidade e a sexualidade, refletindo outras vozes que não cabe aqui incluir, os contibutos destas jovens permitem equacionar a indução pela escola da quasi-cidadania-afetivo-sexual-recatada, associada ao silenciamento dos afetos e da sexualidade. Isto ocorre quer através da mera associação da sexualidade às questões da saúde, omitindo o prazer e os afetos, quer através da ausência de debate acerca da sexualidade em contexto escolar.

Estas vozes apresentam também reclamações e soluções que indicam formas *outras* de incorporar a discussão dos afetos e das sexualidades como temas de relevo nas vidas jovens na escola, de forma a potenciar a construção da cidadania-afetivo-sexual-interdependente. Pode antecipar-se que, nesse enquadramento, o sentido de responsabilidade e a busca de prazer mútuo surgiriam associados ao saber sobre os afetos, as sexualidades e as implicações para cada jovem da experimentação esclarecida da sexualidade na relação de respeito e reconhecimento da outra pessoa.

## PARA CONCLUIR

Este capítulo, suportado na análise das vozes jovens, faz uma sistematização de formas de construção genderizada dos afetos e da sexualidade. Essa sistematização emergiu da interpretação das suas vozes à luz da concetualização da cidadania como direito político e cultural, da quasi-cidadania, em que os direitos surgem de alguma forma mitigados, e da não-cidadania, que denota a negação da cidadania como realização de direitos. Nestas formas de construção jovem combinam-se e conflituam-se atribuição, reclamação e silenciamento, incluindo o autossilenciamento.

Entende-se que ouvir as vozes de jovens, mulheres e homens, as suas frustrações, reclamações e realizações é um percurso promissor na abordagem a esta e outras questões, numa perspectiva transformadora de realização de direitos. A criação de espaço para que a voz e as vozes se façam ouvir insere-se, assim, no esforço de promoção da tomada de consciência

da sexualidade e dos afetos pela sociedade alagarda numa perspetiva de exercício de cidadania. Num contexto mais global em que se conflituam a hipersexualização dos corpos através dos *media* e o julgamento moral, erguer a voz para falar sobre a sexualidade e os afetos, mesmo que reproduzindo ainda estereótipos sobre as masculinidades e as femininidades pode ser visto como primeiro passo para a tomada da voz e a cidadania.

Como preocupações, evidencia-se que a sexualidade é, em muitos casos, um direito de cidadania ainda não realizado. Surge associada a questões como a gravidez e maternidade jovem, a relação com o corpo, percursos de jovens mulheres e homens mais ou menos mitigados, bem como (falta de) políticas e práticas de educação e de sexualidade. Nesse quadro, as condições em que a sexualidade é aprendida e partilhada evidenciam o modo como os “protocolos sexuais” (NOGUEIRA, 2015) sobre o que é adequado se mantêm e reafirmam, mantendo-se muitas vezes distantes das práticas e experiências jovens. O desejo sexual e sobretudo, o desejo feminino parecem continuar ausentes – ou quase – dos discursos da escola e da saúde, embora vão surgindo pontualmente nos discursos das e dos jovens.

O estudo em que se baseou este capítulo, e aqueles com que estabeleceu diálogo, estão na contracorrente do silenciamento dos afetos e da sexualidade, que tem sido estimulado pela escola e pelas famílias, na linha de uma *herança cultural* de género, que está longe de ser libertadora. Mostrou-se a prevalência e dominância de papéis de género tradicionais, mas também se evidenciou algum progresso nas formas de afirmação e exercício de cidadanias femininas e masculinas jovens. Sendo clara a heterogeneidade intra e intergénero, este aspeto é particularmente notório, para as raparigas, no que concerne a tendência para serem mais assertivas e saberem melhor como posicionar-se face à sexualidade e aos afetos. Entre os rapazes, os dados mais interessantes reportam-se à entrada e reclamação pontual do espaço do cuidar bem como ao desenvolvimento de um pensamento estratégico no que concerne à realização discreta da sua sexualidade.

O posicionamento da escola – referido pelas e pelos jovens – reflete tanto a falta de questionamento das visões dominantes e heterossexuais da educação como a impossibilidade de as e os jovens serem encarados como sujeitos sexuais, limitando o seu estatuto de cidadãs e cidadãos sexuais. A discussão aqui trazida torna evidente a ausência, ainda, de uma perspetiva da sexualidade como afeto, desejo e prazer nos discursos da escola – que

algumas e alguns jovens contrariam, quando revelam e afirmam o seu direito ao prazer e ao saber sobre o seu corpo e a sua sexualidade. No entanto, para além dos enquadramentos institucionais, o silenciamento parece estar ainda presente na voz de jovens que participaram no estudo, as e os quais aparentam estar tendencialmente a construir-se em torno de modalidades de quasi-cidadania, tendo uma noção limitada dos seus direitos enquanto cidadãos e cidadãs sexuais. Cabe destacar as poucas vozes que caminham já para uma cidadania-afetivo-sexual-interdependente, começando a introduzir respeito, sensibilidade e amorosidade na sua voz.

## REFERÊNCIAS

ARNOT, M. Gender voices in the classroom. *In*: SKELTON, C.; FRANCIS, B.; SMULYAN, L (ed.). *The Sage handbook of gender and education*. London: Sage, 2006. p. 407-421.

ARNOT, M.; REAY, D. Power, pedagogic voice and pupil talk: the implications for pupil consultation as transformative practice. *In*: MOORE, R.; ARNOT, M.; BECK, J.; DANIELS, H. (ed.). *Knowledge, power and educational reform. Applying sociology of Basil Bernstein*. London: Routledge, 2006a. p. 5-19.

ARNOT, M.; REAY, D. A sociology of pedagogic voice: power, inequality and pupil consultation. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, Abingdon, v. 28, n. 3, p. 311-325, 2006b.

BRASIL. *Lei nº 85/2009 de 27 de agosto*. Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2009/08/16600/0563505636.pdf>. Acesso em: 22 set. 2011.

CAMERON-LEWIS, V.; ALLEN, L. Teaching pleasure and danger in sexuality education. *Sex education*, Abingdon, v. 13, n. 2, p. 121-132, 2013.

CONNELL, R. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

EVANS, David. *Sexual citizenship: the material construction of Sexualities*. London: Routledge, 1993.

FERREIRA, M. *A gente gosta é de brincar com os outros meninos!:* relações sociais entre crianças num jardim de infância. Porto: Afrontamento, 2004.

- FINE, Me. Sexuality, schooling and adolescent females. In: DARDER, A.; BALTODANO, M.; TORRES, R. (ed.). *The critical pedagogy reader*. New York: Routledge, 2009. p. 240-258.
- FONSECA, L.; SANTOS, S. A. (org.) *Sexualidades, gravidez e juventude: relações sociais e educativas*. Porto: Afrontamento, 2015.
- FONSECA, L.; ARAÚJO, H. C.; SANTOS, S. A. Sexualities, teenage pregnancy and educational life histories in Portugal: experiencing sexual citizenship? *Gender and Education*, Abingdon, v. 24, n. 6, p. 647-666, 2012.
- FONSECA, L. *Justiça social e educação: vozes, silêncios e ruídos na escolarização das raparigas ciganas e payas*. Porto: Afrontamento, 2009.
- FREIRE, J. C. *O lugar do outro na modernidade tardia*. São Paulo: Annablume, 2002.
- GIDDENS, A. *The transformation of intimacy: sexuality, love & eroticism in modern societies*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- GRÁCIO, S.; MIRANDA, S. Insucesso escolar e origem social: resultado dum inquérito-piloto, *Análise Social*, Lisboa, v. 13, n. 51, p. 721-726, 1977.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- ISIN, E.; WOOD, P. *Citizenship and identity*. London: Sage, 1999.
- KIWAN, D. Human rights and citizenship: an unjustifiable conflation?. *Journal of Philosophy of Education*, London, v. 39, n. 1, p. 37-50, 2005.
- LISTER, Ruth. Inclusive citizenship: realizing the potential. *Citizenship Studies*, Abingdon, v. 11, n. 1, p. 49-61, 2007.
- MACEDO, E. *Os rankings por outro lado: possibilidades de cidadania jovem na tensão da mudança educativa e social*. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2011.
- MACEDO, E. (Re)Constructing femininities and masculinities: Northern Portuguese students speak about their lives, desires and dreams. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, v. 35, p. 67-88, 2012.
- MACEDO, E. Violência e violências sobre as mulheres: Auscultando lugares para uma democracia 'outra' mais autêntica. In: BRABO, T. (ed.). *Mulheres, gênero e violência*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-35.
- MACEDO, E. *Vozes jovens entre experiência e desejo: que lugares de cidadania?*. Porto: Afrontamento, 2018.
- MARSHALL, T. H. *Citizenship and social class*. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.
- NOGUEIRA, P. Sexualidades e educação sexual na escola: perspectivas e protocolos sexuais de jovens. In: FONSECA, L.; SANTOS, S. A. (coord.). *Sexualidades, gravidez e juventude: relações sociais e educativas*. Porto: Afrontamento, 2015. p. 197-216.

- PLUMMER, Ken. *Telling sexual stories: power, change and social worlds*. London: Routledge, 1995.
- RICHARDSON, Diane. Extending citizenship: cultural citizenship and sexuality. In: STEVENSON, Nick (ed.). *Culture & citizenship*. London: Sage, 2001. p. 153-166.
- SANTOS, S. A. “Nós não somos educados a falar disso e a dar nome às coisas”: perspectivas, desejos e condicionalismos jovens. In: FONSECA, L.; SANTOS, S. A. (org.). *Sexualidades, gravidez e juventude: relações sociais e educativas*. Porto: Afrontamento, 2015a. p. 127-195.
- SANTOS, S. A. *School-based sex education under the spotlight of sexual and intimate citizenship: a focus on Portugal and England*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2015b.
- SANTOS, S.; FONSECA, L. Olhares educativos sobre saúde sexual: jovens confrontam direitos sexuais e íntimos. In: NOGUEIRA, C. (org.). *Género e saúde: novas (in) visibilidades*. Porto: Afrontamento, 2013. p. 49-61.
- SANTOS, S; FONSECA, L.; ARAÚJO, H. Sex Education and the views of young people on gender and sexuality in Portuguese schools. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n.35, p. 29-44, 2012.
- CAMERON-LEWIS, V.; ALLEN, L. Teaching pleasure and danger in sexuality education. *Sex education*, Abingdon, v. 13, n. 2, p. 121-132, 2013.
- STOER, S. R.; MAGALHÃES, A. A Incomensurabilidade da diferença e o anti-anti-etnocentrismo. In: RODRIGUES, D. (org.). *Educação e diferença*. Porto: Porto, 2001. p. 37-47.
- STOER, S. R.; MAGALHÃES, A. *A Diferença somos nós: a gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Porto: Afrontamento, 2005.
- VILAR, D. *Falar disso: A educação sexual nas famílias dos adolescentes*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- WEEKS, J. *Sexuality*. London: Routledge, 2010.
- WILKINSON, S. Focus groups: a feminist method. *Psychology of Women Quarterly*, New York, v. 23, n. 2, p. 221-244, 1999.
- WILKINSON, S. Focus group research. In: SILVERMAN, D. (ed.). *Qualitative research*. London: Sage, 2004. p. 177-199.
- YOUNG, I. *Justice and the politics of difference*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- YOUNG, J. *The exclusive society*. London: Sage, 1999.